

ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS: ANÁLISE DO DISCURSO DO GOVERNO LULA (2003-2010) NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA USINA BELO MONTE

*Janiffer ZARPELON**
*Márcia GRISOTTI***

RESUMO: O artigo analisa o debate sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ao longo do mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), focando nas possíveis convergências e divergências entre o discurso oficial e as ações encaminhadas pelas principais autoridades e instituições políticas governamentais. Foram utilizadas as contribuições de Michel Foucault sobre análise do discurso e poder em suas fases arqueológica e genealógica, e de Pierre Bourdieu sobre a linguagem e o poder simbólico. Apesar do discurso político, no primeiro mandato do governo Lula, incorporar a preocupação ambiental e os interesses dos povos atingidos, as ações governamentais mostraram-se contrárias ao que era declarado. Já no segundo mandato, o discurso político muda, tendo como base simbólica e material a lógica mercantil.

PALAVRAS-CHAVE: Belo Monte. Discurso. Poder. Linguagem.

Introdução

O Brasil, por apresentar grande disponibilidade de reserva hídrica, tem focado na potencialidade do setor hidrelétrico como sua principal fonte de energia elétrica, e atualmente está entre as nações do mundo que mais constroem barragens.

* Doutoranda em Sociologia Política. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-970 – jeni2808@hotmail.com

** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia e Ciência Política. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-970 – grisotti@fastlane.com.br

De acordo com Moretto et al. (2012), o planejamento espacial de usinas hidrelétricas no Brasil é dividido em quatro grandes períodos. O primeiro ocorre entre 1950 a 1979, caracterizado por uma orientação diversificada de regiões hidrográficas brasileiras e, apesar de o Brasil ter alguns instrumentos de política ambiental, como, por exemplo, o Código das Águas e o Código das Florestas, a implantação das usinas hidrelétricas foram realizadas sem uma exigência e rigor sobre o uso e ocupação do meio ambiente; o segundo ocorreu entre 1980 a 1999, sendo caracterizado por uma baixa expansão dos projetos hidrelétricos devido à crise financeira internacional, que atingiu o país, como também o aumento do rigor quanto aos aspectos ambientais, especialmente devido à regulamentação da Política Nacional de Meio Ambiente em 1981; o terceiro ocorreu entre 2000 a 2010, no qual, devido à crise no setor energético brasileiro nos anos 1990, esse período foi caracterizado pela retomada da capacidade política, institucional e técnica de planejamento hidrelétrico tendo como base uma reorientação geográfica para a região Amazônica; e, por último, o período de 2011 a 2020 corresponde à continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), elaborado durante a década de 2000, que vê a intensificação da exploração do potencial hidrelétrico na região Amazônica como a melhor possibilidade energética para a manutenção do desenvolvimento socioeconômico do país.

Na região amazônica os projetos para a construção de grandes usinas hidrelétricas ocorreram nos afluentes da margem direita do Rio Amazonas, como na sub-bacia do Rio Xingu. Para as finalidades desse artigo, focaremos nossa análise no projeto Belo Monte, complexo hidrelétrico em construção (alternada por paralisações), localizado na Volta Grande do Rio Xingu, no sudoeste do Estado do Pará, região Norte do Brasil, onde ocupará as regiões dos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, abrangendo no total uma área de 516 km². O presente artigo tem como objetivo analisar o debate sobre a construção da Usina de Belo Monte ao longo do mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), focando nas possíveis convergências e divergências entre o discurso oficial e as ações encaminhadas pelas principais autoridades e instituições políticas governamentais.

Do longo processo envolvido desde a concepção do projeto até o início das obras da Usina Belo Monte emergiu uma série de interesses e discursos emitidos por diversos atores sociais, entre eles, os povos indígenas, a mídia, os engenheiros, os construtores, o governo, os ambientalistas. Todos inseridos em diferentes campos, que na acepção de Bourdieu (2003) são constituídos por propriedades incorporadas (capitais simbólicos como convenções, comportamentos, formas sociais específicas, formas de linguagem, etc.), e

competem internamente dentro de cada campo para manter sua posição social (BOURDIEU, 1996).

Para as finalidades desse artigo, escolhemos a análise do discurso político governamental devido ao descompasso do discurso e das intenções com as ações implementadas pelo governo como também pelo seu caráter dinâmico, mediante as condições de produção e sua relação com as influências ideológicas. Apesar da oratória política estar baseada em expressões ou discursos direcionados para a população em geral e estar impregnada de arguições que tentam transmitir uma preocupação com os problemas sociais (a fim de garantir ao político a credibilidade enquanto representante do poder), ela permite compreender esse descompasso por estar carregada de poder simbólico.

Com base nas contribuições de Michel Foucault sobre as análises do discurso e poder em suas fases arqueológica e genealógica, e de Pierre Bourdieu sobre a linguagem e o poder simbólico, o artigo analisa o discurso político governamental sobre o longo processo de construção da Usina de Belo Monte, englobando desde a concepção do projeto até início das obras. Os discursos foram extraídos de documentos oficiais, de programas de governo, de entrevistas na mídia, bem como de comícios e palestras proferidas no ambiente nacional e internacional, os quais são referenciados no texto do artigo e nas referências bibliográficas. Entendendo o discurso como **prática social**, ou seja, orientado para a ação, reforçamos que ele não ocorre em um vácuo social, ao contrário, ele depende do **contexto interpretativo** no qual os atores sociais se situam e constroem os discursos para se ajustarem a esse contexto (GILL, 2004). Por essa razão, a análise dos discursos aqui apresentados está inserida nos contextos sociais e históricos nos quais eles emergiram.

O discurso político, a linguagem e o poder simbólico: perspectivas teóricas

O discurso é um objeto relevante para compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens. Em *A arqueologia do saber*, obra publicada originalmente em 1969, Foucault (2010) retrata que o discurso é uma prática que se constitui de um jogo estratégico entre dizeres e fazeres que formam saberes regidos por determinadas regras discursivas.

Nesta obra, Foucault procurou averiguar os meios que possibilitam o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros. Assim, pode-se dizer que, em um momento histórico, há alguns atos de fala que devem ser enunciados e outros que precisam ser calados. Esse contexto de silenciamento e exposição são estratégias, que segundo o autor, controlam os sentidos e as verdades dos discursos

de determinada época. Assim se estabelecem as relações entre os dizeres e os fazeres, isto é, as práticas discursivas materializam as ações dos sujeitos na história.

Segundo Foucault, o pesquisador não deveria se ater aos atos de fala cotidianos, mas somente às séries. Em sua fase arqueológica, o contexto discursivo aparece como um sistema autônomo. Conforme Dreyfus e Rabinow (2010, p.66), “[...] mais do que explicar um horizonte de inteligibilidade, Foucault simplesmente descreve um espaço lógico aberto no qual um certo discurso decorre.”

Em *A ordem do discurso*, palestra realizada na conferência inaugural no *Collège de France* em 1970, e depois publicado em 1971, Foucault introduz um novo método para verificar as formações discursivas: a genealogia. O autor se interessa em determinar quais são os diferentes dispositivos de poder que se exercem em vários setores da sociedade através dos saberes. Assim, a relação de poder e saber nas sociedades modernas promove uma contínua luta pelo estabelecimento de verdades que, sendo históricas, são relativas, instáveis e estão em permanente reconfiguração.

Foucault (1986), na fase genealógica, retoma aspectos antes negligenciados. Assinala “[...] a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos.” Assim, “a genealogia exige, portanto, a minúcia do saber.” (FOUCAULT, 1986, p.15). Esse método torna possível verificar a relevância dos saberes das pessoas, das memórias locais, que antes eram desqualificados. Esse conhecimento histórico transfigura a crítica desses saberes aos saberes dominantes. Assim, tanto “[...] no saber da erudição como naquele desqualificado, nestas duas formas de saber sepultado ou dominado, se tratava na realidade do saber histórico da luta.” (FOUCAULT, 1986, p.170).

Nesse contexto, genealogia para Foucault (1986, p.172) seria a possibilidade de “[...] libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico.” Assim, “[...] enquanto a arqueologia é o método próprio de análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade.”

O autor insere no discurso a questão do poder, percebendo que os efeitos do poder não são apenas de dominação, mas uma batalha de saberes. Assim, como os sujeitos são sociais e os sentidos são históricos, os discursos se afrontam, envolvem-se em batalhas, expressando as lutas em torno de dispositivos identitários. Foucault (1986) identifica nesses movimentos uma microfísica do poder, ou seja, contínuo combate pelo estabelecimento de verdades onde os micropoderes sintetizam e

põem em circulação as vontades de verdade de parcelas da sociedade, em um certo momento de sua história.

A mídia nas sociedades contemporâneas tem sido um instrumento relevante para o contexto discursivo. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente. No entanto, Foucault (1986) identifica que a mídia é formada e transmitida pelo domínio de aparelhos políticos ou econômicos. Retrata que os reformadores desconheciam as condições reais de opinião e a mídia: “[...] uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão.” (FOUCAULT, 1986, p.224).

E que estes *media* seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos. Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar. (FOUCAULT, 1986, p. 224).

Já Pierre Bourdieu (1998), sociólogo francês, em *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*, publicado originalmente em 1982, procura desvendar o poder da língua, da linguagem e da linguística no campo de análise das Ciências Sociais. O autor também ressalta a forma como a análise linguística enfocada na singularidade da própria língua apresenta explicações para as diferentes colocações de emittentes e receptores num dado momento da fala.

No artigo “*A economia das trocas linguísticas*”, originalmente publicado na revista *Langue Française*, em 1977, Bourdieu verifica que, para não fugir da verificação das forças de dominação que a linguística e seus conceitos desempenham sobre as ciências sociais, é necessário verificar a linguística como objeto de uma genealogia para desvendar os preceitos teóricos que contribuíram na formação desta ciência e as condições sociais de produção e circulação de seus conceitos principais.

Bourdieu (1998) considera que o discurso é um produto suscetível às interações e à dinâmica do campo social. Assim, o que se move no contexto linguístico não é a língua, mas discursos gerados na interação entre a estrutura social no qual foi gerado com a estrutura social de quem recebem. Nesse contexto, Bourdieu (1998) identifica que a fala é legitimada por sistemas de reconhecimentos (que depende de cada sociedade) através da competência creditada de quem o locuciona. Assim, o poder da fala varia dependendo da autoridade de quem realiza a fala. Isto está relacionado com a noção de poder simbólico e de violência simbólica. O poder simbólico é um poder invisível que se manifesta através da autoridade de

um discurso, previamente estruturado pelas classes dominantes e também capaz de estruturar todas as classes, a fim validar aos dominantes a se perpetuarem como tais e aos dominados a permanecerem dominados, reconhecendo a ordem social como legítima.

As relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que,... podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica). (BOURDIEU, 2003, p.11).

Bourdieu (1998, p.81) confere “[...] à linguagem e, de modo mais geral, às representações, uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade.” O ator que fala é aquele dotado de poder – no qual fora instituído pelo grupo – que representa e assim nomeia a realidade. Nomeando¹ a realidade, um determinado ator ou agente tem a autoridade de fiscalizar seus interlocutores para que atuem em conformidade com aquelas categorias que o próprio agente projeta sobre o grupo e, mais especificamente, sobre os indivíduos.

Bourdieu (1998) ao analisar a força da representação, apresenta sua tese de que a realidade é produzida na luta entre discursos que buscam ser os mais legítimos e com maior poder para descrever a realidade no qual eles representam. A representação constitui-se nas relações de poder que ocorrem entre os indivíduos. As representações do discurso dominante são tão poderosas que fazem com que as pessoas acreditem na realidade a partir daquilo que ele professa. O autor verifica que há uma crença na representação dominante, que não ocorre de forma consciente, mas é condição prévia para que o discurso tenha eficácia.

Assim, para Bourdieu (1998) as palavras não são neutras e seus sentidos são passíveis de serem modificados por meio da luta social que busca o estabelecimento do consenso sobre o sentido, ou seja, pelo estabelecimento de uma visão do mundo social. Para o autor, o poder simbólico se legitima através da linguagem, não pelo que há nas palavras em si mesmas, mas pela legitimidade que elas conferem aos que falam frente aos que escutam e reconhecem a voz autorizada. Nesse contexto,

¹ Nomeação pode ser entendida como “[...] a instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma, é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social.” (BOURDIEU, 1998, p.100).

o que passa a ser mais relevante para o autor não é o conteúdo da fala, mas quem o faz e como o fazem.

Usina de Belo Monte: a construção de um problema

A história do projeto Belo Monte começou ainda na década de 1970 com o governo militar impulsionado pela política desenvolvimentista que pregava o crescimento da industrialização no país. Em 1975, é criada a Eletronorte, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás na Amazônia Legal, no qual inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. O Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., integrante do grupo Camargo Corrêa, ficara responsável por mapear os rios, afluentes e os locais mais favoráveis para a construção de barramentos (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, [2012]).

Com a emissão do Relatório Final dos Estudos pela Eletronorte, em janeiro de 1980, a mesma inicia os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira², que reunia as Usinas de Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW), sendo esta considerada a melhor opção para iniciar o projeto. A partir desses estudos fora desenvolvido o Plano 2010 – Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, tendo como base a construção de 165 Usinas Hidrelétricas até 2010, sendo 40 delas na Amazônia Legal.

Cabe ressaltar, conforme Faria (2004, p.284),

[...] que desde 1975 a movimentação de técnicos na região já despertava muita curiosidade na população local, dando razões para o surgimento de boatos e especulações a respeito do projeto, sem, contudo, ensejar qualquer processo de comunicação ordenado e contínuo por parte da Eletronorte, Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE ou Eletrobrás.

Indignados com a situação, os índios da região do rio Xingu passam a se mobilizar contra o projeto Kararaô, que inundaria cerca de 7 milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas. Em 1989, é realizado o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, que contou com a participação de autoridades locais e nacionais, de grupos ambientalistas nacionais e internacionais, da mídia nacional e internacional, como também de personalidades como o cantor inglês Sting. Este encontro fora marcado por um episódio que repercutiu em toda a mídia nacional:

² Esse complexo hidrelétrico buscava o aproveitamento integral da Bacia do Rio Xingu, sendo previstos sete barramentos, que gerariam 19 mil megawatts (MW) (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, [2012]).

a índia Tuíra, enquanto o engenheiro José Antonio Muniz Lopes expunha suas opiniões, levanta da platéia e coloca um facão no rosto dele. Tal fato representou no primeiro embate entre os povos indígenas e o setor elétrico na Amazônia.

A fim de tornar a proposta da construção da Usina Belo Monte, antiga Kararaô³, mais acessível, o projeto é modificado. O novo projeto, apresentado ao DNAEE e à Eletrobrás em 1994, reduzira o reservatório da usina de 1.225 km² para 400 km², evitando a inundação da área Indígena Paquiçamba. No entanto, por falta de recursos devido à crise financeira do setor elétrico no início da década de 1990, os estudos de campo para a viabilidade do projeto Belo Monte acabaram sendo interrompidos, não se realizando mais nada sobre o mesmo até o final de 1999. Somente em 2000, quando o país já se recupera da crise, retomam-se os estudos através de um Acordo de Cooperação Técnica entre a Eletrobrás e a Eletronorte. Neste mesmo período, o projeto Belo Monte fora inserido no Plano Plurianual⁴ de 2000-2003, instrumento de planejamento de médio prazo das ações do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), chamado *Avança Brasil*, considerado obra estratégica para elevar a oferta de energia do país.

Foram muitas as críticas em relação à adoção desses programas no governo FHC, conforme aponta Théry (2005, p.41):

O setor ambiental do governo encontrou-se então no meio de uma tempestade, recebendo de um lado apoios, dentro e fora do país, e, de outro, fortes críticas. Circulavam nas redes mundiais informações sobre os progressos e retrocessos dessa política, e pressões permanentes eram exercidas sobre as ações governamentais. Esperando que aparecessem elementos mais sólidos aos serviços das políticas de conservação, essas pressões serviam para travar a implantação das infra-estruturas e para reduzir os impactos. Contribuíam a este fim as ações do Ministério Público federal ou dos estados, baseadas em leis que permitiam respaldar a ação popular, e algumas obras de grande porte, como a hidrovía Araguaia-Tocantins, foram embargadas.

Assim, os protestos contra o projeto se reiniciam. Em 2001, por meio de uma ação civil pública, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte acabam sendo suspensos por não haver licitação para a realização dos mesmos. Os povos indígenas realizam novo encontro em 2002, a fim de reafirmar posição

³ As autoridades mudam o nome do projeto por significar uma agressão cultural aos índios, já que Kararaô significa grito de guerra em Kaiapó (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, [2012]).

⁴ Os Planos Plurianuais (PPA's) são documentos com formulações genéricas que, em grande medida, nem sempre guiam as ações e projetos dos governos, mas, adquirem significativa importância para o registro de intenções e orientações de governo, bem como um ponto de partida para a análise dessas ações e projetos.

contrária à construção de Belo Monte. No mesmo ano, Fernando Henrique Cardoso afirma que a briga dos ambientalistas tem prejudicado o crescimento econômico do país: “[...] além do respeito ao meio ambiente, é preciso que haja também respeito às necessidades do povo brasileiro, para que a ‘birra’ entre os diferentes setores não prejudique as obras, porque elas representarão mais emprego.” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, [2012]).

A fim de fazer oposição ao então presidente da república, em junho de 2002, em plena campanha presidencial, Lula da Silva apresenta a *Carta ao Povo Brasileiro*. Trata-se de um documento que apresenta as diretrizes que seriam tomadas em seu governo caso houvesse uma vitória petista. No texto, Lula sinaliza a necessidade de mudança e renovação para o país: “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.” (SILVA, 2002).

Em setembro do mesmo ano, Lula da Silva lança um caderno temático de seu programa de governo, intitulado *O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil*. O documento menciona que dois projetos vinham sendo objeto de grandes debates na região Amazônica, respectivamente a UHE de Belo Monte e o de Gás de Urucu, e afirma que as obras de represamento de rios têm afetado a Bacia Amazônica, além de criticar as ações da Eletronorte.

A matriz energética brasileira, que se apóia basicamente na hidroeletricidade, com megaobras de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica. A crise do setor energético de 2001 resultou da ausência de investimento no setor e também da falta de proteção dos mananciais e da má gestão da água. [...] Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte. (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.14-15).

No mesmo mês, o Partido dos Trabalhadores (PT) lança outro caderno temático, denominado *Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil*. O documento, elaborado com a participação de diversas lideranças indígenas, expôs a gestão da política indigenista do governo anterior qualificando-a como lamentável. A crítica recai, entre outras, às dificuldades do processo de demarcação de terras indígenas, a lentidão para a criação de um novo *Estatuto das Sociedades Indígenas*, e às precárias condições de funcionamento da Funai. Além disso, o documento

finaliza com a proposta de criar “Novas diretrizes e pontos programáticos para uma política democrática em relação aos povos indígenas no Brasil.” (FONTES, 2003).

Nesse contexto, quando o Presidente Lula foi eleito em novembro de 2002, e do ponto de vista simbólico, grande parte do discurso de seu governo tem enfatizado a necessidade de mudança com relação à administração de Fernando Henrique Cardoso. Conforme discurso de posse do cargo de presidente da República:

‘Mudança’; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, ao invés de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades; diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País a sociedade escolheu mudar e começou ela mesma a promover a mudança necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim [...] Eu estou aqui neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores [...] para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou [...] (SILVA, 2003, p.13).

Desse modo, quando Lula assume o poder em 2003, muitas ONGs ambientalistas, ativistas e acadêmicos acreditaram que o presidente iria dar importância merecida para as questões relacionadas ao meio ambiente, sobretudo aquelas relacionadas à Amazônia e aos direitos dos povos indígenas. A expectativa depositada no novo presidente era de que o Brasil passaria por mudanças necessárias, “[...] com o compromisso de mudar o País e melhorar a vida dos brasileiros. Sua eleição foi a da esperança de que um novo Brasil é possível.” (BRASIL, 2004, p.3).

No entanto, a partir de 2003, o projeto para a construção da Usina de Belo continua a ser uma proposta do governo federal para ampliar seu complexo energético, inserido posteriormente no PAC⁵ – Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em 28 de janeiro de 2007. Assim sendo, pode-se dizer que a construção de hidrelétricas no Rio Xingu fez parte de uma herança que foi herdada

⁵ Programa do Governo Federal Brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil.

pelo Governo Lula, que este prosseguiu ao dar encaminhamento de um projeto que, do ponto de vista ambiental e social, em nada diferia do governo anterior.

Já no mês de Abril do mesmo ano, em reunião com seu Conselho Político, o presidente Lula, não escondendo sua irritação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pela demora na concessão de licença ambiental para construção de usinas hidrelétricas no Rio Madeira, faz um comentário que ganha grande repercussão na imprensa: “Agora não pode por causa do bagre, jogaram o bagre no colo do presidente. O que eu tenho com isso? Tem que ter uma solução.” (LEAL, 2007). O presidente se referia a um dos argumentos usados pelo instituto para barrar o licenciamento das obras já que a construção das usinas iria bloquear a migração desses peixes.

Os protestos dos ambientalistas contra o projeto continuaram a marcar a discussão sobre Belo Monte, como o *Encontro Xingu Vivo para Sempre*, realizado em 2008, em que reuniu diversos representantes da sociedade civil e especialistas com os responsáveis pelos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). O encontro é marcado por novo confronto entre os técnicos e os povos indígenas, ficando ferido no braço Paulo Fernando Rezende, responsável pela realização do EIA.

Representantes dos movimentos sociais do Xingu se encontram com Lula em 2009 a fim de salientar sobre os riscos da usina e os reais custos socioambientais da obra e de pedir a reavaliação do projeto. Após encontro, Lula declara que Belo Monte não pode ser construída sem uma ampla discussão sobre sua viabilidade. Apesar disso, o leilão para concessão da hidrelétrica acaba sendo anunciado para o mesmo ano, sendo que os estudos de viabilidade do projeto não tenham sido sequer concluídos (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2010).

No final de 2009, Lula visita a Ucrânia com o propósito de aprofundar o diálogo e a cooperação bilateral entre os dois países. Na ocasião, o presidente destaca a importância da necessidade de se construir uma matriz energética limpa e sustentável, tomando como base a usina Belo Monte. Em seu discurso, Lula explana:

Nós não temos apenas o projeto de Belo Monte, que vai começar no ano que vem. Nós temos muitas hidrelétricas que nós pretendemos começar nos próximos anos, porque a hidrelétrica produz uma energia elétrica renovável, limpa. E, portanto, para atender a diminuição do aquecimento global, nós precisamos fazer as nossas inovações, também tecnológicas, na questão da matriz energética, e o Brasil tem 85% da sua matriz energética, na área de energia elétrica, limpa, e tem 47% de toda a sua matriz totalmente limpa. (SILVA, 2009).

Na tentativa de ganhar repercussão internacional, o caso Belo Monte é levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, Estados Unidos, e também à Organização das Nações Unidas (ONU). É enviada uma carta denunciando a violação do direito de consulta livre, prévia e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, devido ao processo unilateral do licenciamento e sem consulta prévia do governo brasileiro sobre a Usina Belo Monte.⁶

Em fevereiro de 2010, é anunciada pelo Ministério do Meio Ambiente a liberação de Belo Monte mesmo sem conhecer os impactos da obra sobre o meio ambiente e aos povos indígenas e ribeirinhos que vivem nas regiões a serem afetadas. Em junho do mesmo ano, o Presidente Lula participou do *Ato por Belo Monte e pelo desenvolvimento da região do Xingu*. Em relação aos jovens que protestavam no local do evento contra a construção da usina, o presidente recomendou paciência:

Se tivessem paciência de ouvir, aprenderiam o que eu já aprendi. Quando eu tinha a idade deles, eu ia para o Paraná participar de manifestações contra a construção de Itaipu. Naquele tempo diziam que Itaipu inundaria a Argentina, que chegou a ameaçar o Brasil com a construção de uma bomba atômica. Por falta de informação diziam que o lago de Itaipu iria provocar terremoto e mudar o clima da região. É por essas fantasias construídas que a gente não pode ter medo de debater. (SILVA, 2010a).

O presidente afirmou ainda sobre a relevância econômica de Belo Monte: “Vou anunciar o começo da terraplanagem da primeira siderúrgica no estado do Pará, para utilizar a energia produzida em Belo Monte. E em vez de exportar minério de ferro e comprar chips, a gente vai exportar produto com valor agregado.” (SILVA, 2010a).

Em abril, ao participar do 21º Congresso do Aço, em São Paulo, o presidente fez novas declarações em defesa da construção de Belo Monte, e afirmou que o projeto inicial fora modificado para atender às exigências ambientais.

Obviamente o projeto que foi feito foi modificado. O lago [da hidrelétrica] é um terço daquilo que estava previsto anteriormente exatamente para que a gente possa dar todas as garantias ambientais e dizer a qualquer habitante do planeta Terra que ninguém tem mais preocupação de cuidar da Amazônia e de nossos índios do que nós. (SILVA, 2010b).

⁶ Informações no site da BBC Brasil (OEA..., 2011).

Considerações finais

De acordo com Foucault, os discursos são construções linguísticas, socialmente produzidas, que refletem visões de mundo vinculadas aos agentes e à sociedade. Na direção desse ponto de vista, os discursos e as práticas políticas da década de 1970, quando fora anunciado o início do projeto Belo Monte, estavam relacionadas a uma visão de mundo impregnada pela lógica desenvolvimentista, onde a busca pela preservação ambiental e os interesses dos povos indígenas não eram considerados relevantes na sociedade brasileira.

Conforme Viola (2002, 2004), o modelo de crescimento econômico vigente na década de 1970 era baseado, principalmente, na exploração dos recursos naturais (considerados infinitos) e na construção de indústrias, nacionais e multinacionais, desinteressadas pela produção de poluentes no seu processo produtivo.

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, apesar do discurso político apresentar algumas alterações favoráveis às idéias de desenvolvimento sustentável e aos interesses dos povos indígenas, o crescimento econômico a qualquer preço ainda continuava a predominar. Podemos observar essa ideologia quando Fernando Henrique Cardoso reitera que: “[...] além do respeito ao meio ambiente, é preciso que haja também respeito às necessidades do povo brasileiro, para que a ‘birra’ entre os diferentes setores não prejudique as obras, porque elas representarão mais emprego.” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL [2012]); ou com Lula: “[...] vou anunciar o começo da terraplanagem da primeira siderúrgica no estado do Pará, para utilizar a energia produzida em Belo Monte. E em vez de exportar minério de ferro e comprar chips, a gente vai exportar produto com valor agregado.” (SILVA, 2010a).

No contexto internacional, o discurso brasileiro passa a dar maior destaque aos problemas ambientais desde a realização da UNCED-92 no país, como também assinando vários acordos como a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) e o respectivo Protocolo de Quioto, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o respectivo Protocolo de Cartagena, a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e o respectivo Protocolo de Montreal, o Protocolo de Annapolis⁷, entre outros.

Desde a redemocratização no país, o Brasil tem defendido alguns importantes princípios na política externa brasileira, como os direitos humanos, a solução pacífica de controvérsias e o respeito ao direito internacional, dentre outros. Nesse contexto, vários são os acordos assinados como: a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura em 1989, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1992,

⁷ Publicado em 1999 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma série de documentos para a Proteção do Meio Ambiente do Homem – Água, Saneamento e Saúde.

a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres em 2002, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, a Declaração das Nações Unidas sobre direitos dos povos Indígenas em 2007, entre outros.

No entanto, percebe-se que o discurso político e suas ações internacionais não têm coincidido com suas ações governamentais no ambiente doméstico. Verifica-se que o país não tem agido conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), no qual assinara. Tanto que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2011, pede a paralisação do processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Em resposta a recomendação da OEA, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, argumenta: “O Brasil está dando um exemplo nessas áreas, tanto ambiental como a de respeito aos direitos indígenas, é injustificável e precipitadas as afirmações da OEA de que os povos indígenas estariam supostamente ameaçados pela construção de Belo Monte.” E ainda ressaltou:

O governo brasileiro, sem minimizar a relevância do papel que desempenham os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, recorda que o caráter de tais sistemas é subsidiário ou complementar, razão pela qual sua atuação somente se legitima na hipótese de falha dos recursos de jurisdição interna. (BONIN, 2011).

Ao verificar o discurso político sobre a Usina Belo Monte, percebe-se que o sentido do discurso não é dado a priori, pois a unidade é construída pela interação verbal, que é histórica e que mantém relação com uma ideologia. Conforme Foucault (2010), somente nesse espaço o discurso consegue esconder sua polissemia. Não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria.

Assim, para Foucault (2010, p.171), o discurso é o caminho de uma contradição a outra; se dá lugar às que vemos, é que obedecem à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência. Nesse contexto, o discurso político é um campo onde vários discursos análogos se instalam. No entanto, quando um discurso é proferido, ele já nasce filiado a um conjunto de outros discursos com semelhantes escolhas e exclusões.

Para Bourdieu (2003) as palavras não são neutras, elas são caracterizadas pelo poder simbólico, ou seja, o poder das palavras não se confere pelo que há nas palavras em si mesmas, mas pela legitimidade que elas conferem aos que falam frente aos que escutam e reconhecem a voz autorizada. Assim, no contexto político, o discurso passa a ter maior legitimidade quando é proferido pelo Presidente da República e por seus ministros e diplomatas.

A partir de certos enunciados, como por exemplo, o do presidente Lula em relação às manifestações contrárias à construção da usina: “é por essas fantasias construídas que a gente não pode ter medo de debater”, constata-se que estão a serviço de um conjunto de proposições mais profundas, uma verdadeira *doxa* segundo Bourdieu (1998, 2003). Estas se articulam em torno de uma política populista e com contextos anti-democráticos, promovendo as diferenças culturais e étnica. Isso se verifica no caso dos povos indígenas que têm sido excluídos perante a sociedade e seus direitos negados.

A partir da exposição sobre o descompasso entre o discurso político do governo Lula (2003-2010) e as ações tanto do governo como das entidades que representam o mesmo foi possível verificar que o discurso político no primeiro mandato do governo Lula teve uma maior incorporação sobre a preocupação ambiental como dos interesses dos povos atingidos. No entanto, as ações governamentais mostraram-se contrárias ao que era declarado. Já no segundo mandato, o discurso político muda para uma lógica mercantil tendo como defesa a necessidade do crescimento econômico do país. Essa visão procurou tornar-se a mais legítima, buscando sua reprodução material e simbólica.

AMONGST SPEECHES AND PRACTICES: THE SPEECH ANALYSIS OF LULA GOVERNMENT (2003 – 2010) IN THE CONTEXT OF BELO MONTE HYDROELECTRIC POWER STATION CONSTRUCTION

ABSTRACT: *The article analyses the debate on the construction of the hydroelectric power station of Belo Monte along the government terms of Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), focusing on possible convergences and divergences between the official speech and actions delivered by the main governmental authorities and political institutions. It has been used some contribution from Michel Foucault on the analysis of speech and power from his archaeological and genealogical phases, and from Pierre Bourdieu on language and symbolic power. Although the political speech during Lula's government first term assimilates the environment concernment and inflicted peoples' interest,*

the governmental actions showed contraries to what was declared. However along the second term, the political speech alters to the merchant logic having as background a symbolic and material basis.

KEYWORD: *Belo Monte. Speech. Power. Language.*

Referências

BONIN, R. Patriota critica pedidos da OEA sobre usina de Belo Monte: organização pediu fim da obra da usina hidrelétrica de Belo Monte: ministro disse que atitude da OEA desestimula políticas para os índios. **Globo.com**, 06 abr. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/04/patriota-critica-pedidos-da-oea-sobre-usina-de-belo-monte.html>> Acesso em: 13 fev. 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. L'économie des échanges linguistiques. **Langue Française**, Paris, v.34, não paginado, maio 1977.

BRASIL. **Plano plurianual 2004-2007**: orientação estratégica de governo um Brasil para todos: crescimento sustentável, emprego e inclusão social. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp>. Acesso em 21 fev. 2012.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Programa de governo 2002**: um Brasil para todos. São Paulo, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.lula.org.br/obrasil/documentos.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FARIA, I. D. **O descompasso e o pirosópio**: uma análise dos conflitos socioambientais do projeto da usina hidrelétrica Belo Monte. 2004. 420f. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

FONTES, C. O compromisso do PT com os povos indígenas. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/mesdoindio/politica.shtm>>. Acesso em: 19 fev. 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **L'Ordre du discours, leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970**. Paris: Gallimard, 1971.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p.244-270.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Especial Belo Monte: cronologia histórica: cronologia do projeto. **Manchetes Socioambientais**, São Paulo, [2012]. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

LEAL, L. N. Lula acusa Ibama de atrasar PAC e diz que fará cobrança dura a Marina: presidente exige soluções para entraves ambientais e dá sinais de que quer mudanças no comando do instituto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 2007. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/17_070420_lula_acusa_ibama_atrasar_pac.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2013.

MORETTO, E. M. et al. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira Amazônica. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.15, n.3, p.141- 164, set./dez. 2012.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **Histórico**. 14 out. 2010. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

OEA pede que Brasil suspenda Belo Monte, e governo se diz 'perplexo'. **BBC BRASIL**, Brasília, 05 abr. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110405_belomonte_oea_pai.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2012.

SILVA, L. I. L. da. **Discurso do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato por Belo Monte e pelo desenvolvimento da região do Xingu**. Altamira, 22 jun. 2010a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/22-06-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-ato-por-belo-monte-e-pelo-desenvolvimento-da-regiao-do-xingu/view>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

_____. **Discurso do presidente Lula durante abertura do 21º Congresso Brasileiro do Aço.** São Paulo, 14 abr. 2010b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/14-04-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-abertura-do-21o-congresso-brasileiro-do-aco/view>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

_____. Declaração seguida de entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da Ucrânia, Viktor Yushchenko, Kiev, Ucrânia. **Mundorama: Divulgação Científica em Relações Internacionais**, Brasília, 02 dez. 2009. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/12/02/declaracao-seguida-de-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-da-ucrania-viktor-yushchenko-kiev-ucrania-02122009/>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. Discurso do senhor presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de posse, no congresso nacional, em Brasília. In: AMORIM, S. P. C.; GUIMARÃES E SILVA, L. I. L. da. (Org.). **A política externa do Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. p.25-46.

_____. **Carta ao povo brasileiro.** São Paulo, 22 jun. 2002. Disponível em: <http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2012.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.53, p.37-49, 2005.

VIOLA, E. Brazil in the context of global governance politics and climate change, 1989-2003. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.7, n.1, p.27-46, 2004.

_____. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n.50, p.25-46, 2002.

Recebido em 11/12/2012.

Aprovado em 15/05/2013.